



Eixo: Inserir aqui o eixo correspondente.

Espaços coletivos enquanto expressões de defesa do perfil crítico

Resumo:

Este trabalho trata sobre os espaços coletivos no âmbito das universidades enquanto expressão da defesa do perfil crítico do Serviço Social. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a teoria marxista, com a aplicação da metodologia qualitativa com revisão bibliográfica dos temas universidade, diretrizes curriculares e formação profissional. Na introdução é apresentada a proposta do trabalho e no desenvolvimento são abordados os temas articulando as particularidades brasileira na constituição da universidade e os desafios para a formação em Serviço Social, apresentando, a partir disso, a importância da organização coletiva para a expressão do perfil profissional crítico.

Palavras-chave: Formação Profissional; Espaços Coletivos; Serviço Social; Universidade.

Collective spaces as expressions of defense of the critical profile

Abstract: This paper deals with collective spaces within universities as an expression of the defense of the critical profile of Social Work. Marxist theory was used to develop the work, with the application of qualitative methodology with a bibliographical review of university themes, curricular guidelines and professional training. In the introduction, the work proposal is presented and in the development, themes are addressed, articulating the Brazilian particularities in the constitution of the university and the challenges for training in Social Work, presenting, from this, the importance of collective organization for the expression of the professional profile critical.

Keywords: Professional Qualification; Collective Spaces; Social Work; University.

1 Introdução

Tratar sobre o processo formativo do Serviço Social exige de nós mediar os aspectos particulares que a formação capitalista na sociedade brasileira nos coloca, entendendo que os elementos estruturantes vão atravessar, em níveis variados, tanto as disputas de projetos coletivos societários, quanto profissionais. E que, no cotidiano de uma Unidade de Formação Acadêmica (UFA), ainda que o projeto político pedagógico aponte para uma direção ético-política e teórico-metodológica distinta das exigências do mercado de trabalho capitalista, não há como desconsiderar as intencionalidade e concepções de formação e trabalho profissional dos sujeitos que ali participam do processo de formação, bem como o real concreto que determina as condições da expressão de um determinado perfil profissional.

Desta feita, buscando contribuir para o debate, este trabalho se propõe a tratar sobre: (i) as particularidades da Universidade no Brasil; (ii) projeto profissional do Serviço Social; e (iii) espaços coletivos no âmbito da formação profissional enquanto expressão da defesa de um perfil profissional crítico.

Para realizarmos esse percurso, foi utilizada a metodologia qualitativa, com o uso do método marxista na revisão bibliográfica crítica dos temas universidade, diretrizes curriculares do Serviço Social e formação profissional, entendendo a educação enquanto um campo de disputa de interesse de classes nas relações capitalista.

Desta feita, ao realizar a análise da dinâmica imposta nos possibilita, por conseguinte, retornamos ao eixo central – a defesa dos espaços coletivos– apreendendo a importância de se pensar estratégias coletivas para enfrentar os desafios que são colocados para a formação profissional em Serviço Social.

Ao fim, sem o objetivo de esgotar o debate ou de dar conta de todos os prismas da complexidade que esta realidade nos impõe, são realizadas algumas considerações acerca do papel da categoria, em especial daqueles que estão nas Unidades de Formação Acadêmicas, no enfrentamento à subsunção da formação profissional em Serviço Social aos interesses capitalistas.

2. Educação superior no Brasil

Para que possamos abordar sobre os espaços coletivos enquanto expressão da defesa do perfil crítico, é necessário que façamos o movimento de identificar, a partir do desenvolvimento capitalista mundial e suas particularidades no Brasil, quais são os elementos que vão incidir e determinar o papel da educação superior no país.

Conforme Minto (2014), a educação superior no Brasil vai se estruturar num primeiro momento para atender os interesses das frações dominantes na organização dos poderes político, econômico e social. Posteriormente, acompanhando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, somada às pressões das camadas média e “as exigências educacionais e culturais do mundo urbano-industrial” (FERNANDES, 1975, p. 164), o ensino superior vai se adaptar a necessidade de tecnificação da mão de obra para os postos de trabalho mais

complexos na divisão social e técnica do trabalho (FERNANDES, 1975; FERNANDES, 2005; MINTO, 2014).

Com base na constituição e dinâmica das classes sociais no país e na divisão internacional do trabalho, as instituições de ensino superior vão passar por processos de reformas, com destaque para as das décadas de 1930 e 1940, 1960, 1990, 2000 e as em curso na atualidade, que vão expressar a disputa de projetos societários de manutenção ou superação da dependência, a qual se impõe e se organiza a função social da Universidade e, em última instância, da sociedade brasileira no âmbito do sistema capitalista mundial (FERNANDES, 1975; 2005).

Apesar de localizarmos períodos específicos que, inclusive, culminaram no reordenamento dos modelos institucionais anteriores, como a criação de instituições de ensino superior sob o modelo universidade, a reconfiguração do modelo de escolas superiores isoladas não se fez acompanhada de uma ruptura radical com as estruturas arcaicas mas, combinou os elementos arcaicos com os tempos modernos (FERNANDES, 1975).

Isso significa entender que, o que se viu no Brasil não foram reformas universitárias, mas contrarreformas universitárias que acompanharam o dinamismo e a participação do país de forma dependente em relação ao exterior, nos marcos da heteronomia cultural associada à inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial. Pois, as alterações, ajustes ou correções, ainda que tenham permitido avançar no atendimento de demandas dos movimentos sociais organizados pela classe trabalhadora, as “exigências educacionais e culturais do mundo urbano-industrial ou simplesmente urbano brasileiro” (FERNANDES, 1975, p. 164), não empreenderam em uma reorganização que incorporasse, de fato, um modelo de universidade integrada e multifuncional capaz de atender o “papel histórico que ela deve ter como fonte de negação e de superação da dependência cultural e do subdesenvolvimento educacional” (IDEM, IBIDEM, p. 165).

Isso porque, conforme Fernandes (1975, p. 196), “a universidade não é um mundo à parte no cenário brasileiro: ela [...] extrai o caráter do seu subdesenvolvimento da própria estrutura e dinâmica da sociedade de classes sob o capitalismo dependente”. Assim, tratar sobre os espaços coletivos de diálogo e decisões é entender que a Universidade, apesar de constituir-se como um

reordenamento de modelos institucionais anteriores, esta não se fez acompanhada de uma ruptura radical com as estruturas arcaicas, mas, combina os elementos arcaicos dos tempos coloniais com os tempos modernos do desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 1975).

A partir dos estudos realizados por Fernandes (1975; 2005; 2008; 2009) e Minto (2014), é importante destacar que, apesar da inserção de novos sujeitos nos espaços de ensino superior, dentre eles filhos das frações da média e trabalhadora, e das reformas que culminaram no modelo Universidade, estas mudanças não foram suficientes para criar um padrão de organização institucional de universidade integrada e multifuncional (FERNANDES, 1975). Isso porque, ao operar processos de modernização do arcaico e arcaização do moderno (FERNANDES, 1975), a função da Universidade, enquanto instituição produtora e reprodutora das relações sociais, enfrenta limitações estruturais para superar o padrão dependente do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

E é também a partir do movimento contraditório, estrutural e dinâmico do capitalismo na sociedade brasileira que podemos identificar a marca ideológica de prestígio, poder e renda no âmbito da Universidade Pública (FERNANDES, 2005; ROLA; SAKURADA, 2021). Esta marca ideológica se desdobra na elitização de determinados espaços sociais com o objetivo de organizar e expressar os interesses das frações dominantes e da própria dinâmica capitalista dependente que tem base estrutural racista. No âmbito da Universidade, esta elitização vai impor a exclusão ou dificuldade no acesso e permanência dos filhos e filhas, especialmente pretos, da classe trabalhadora.

Assim, a ideologia de prestígio e poder (ROLA; SAKURADA, 2021) contribui para produzir e reproduzir pensamentos, comportamentos e hábitos educacionais conservadores dependentes que, articulados com os elementos dinâmicos do capital, reforçam o reacionarismo, o obscurantismo e o irracionalismo para a manutenção do monopólio do poder econômico, cultural e político de determinados segmentos da sociedade que, também, monopoliza seus interesses particulares como gerais (FERNANDES, 1975; ROLA; SAKURADA, 2021).

Cumprir destacar que, apesar de existir nos espaços universitários a produção e reprodução da ideologia de poder e prestígio, há, também, as forças

radicais que buscam alterar a função social da Universidade e “a sua relação com o destino histórico da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1975. p. 166).

Além destas distinções, há que se fazer as mediações para entender como as lutas mais gerais das classes sociais no Brasil e os elementos estruturais, dinâmicos e conjunturais da faceta mundializada do capitalismo vão atravessar a função social e os espaços da Universidade Pública no Brasil (FERNANDES, 1975; MINTO, 2014; CHESNAI, 1996).

Na atualidade, estes elementos estruturais e dinâmicos vão se expressar por meio: (i) do agravamento da mercantilização da educação; (ii) da privatização interna de espaços públicos por meio de parcerias público-privadas ou por meio de fundos de investimentos; (iii) das intencionalidades ou corte de investimentos nas produções científicas (ou em determinadas áreas de conhecimento); (iv) da destituição ou flexibilização de direitos trabalhistas e previdenciários e não reposição de servidores técnicos e docentes, que gera o aumento de trabalho e/ou polivalência; (v) da incorporação da lógica do setor privado de produtividade e gerenciamento por meio de metas definidas por métricas quantitativas para o credenciamento, recredenciamento, a manutenção e o financiamento dos cursos de graduação e pós-graduação; (vi) da flexibilização e aligeiramento dos currículos, que não asseguram a construção e execução de projetos políticos e pedagógicos de formação compatíveis com o projeto profissional; (vii) do privilegiamento da atividade de ensino em contraposição a integralização entre ensino, pesquisa e extensão; (viii) da autorização para a oferta de parte da carga horária dos cursos presenciais na modalidade à distância; e (ix) da homogeneização das contradições, cujas finalidade e conteúdo não são questionados, naturalizando as relações de desigualdades entre classes com o discurso da igualdade jurídica entre sujeitos (ROLA; SAKURADA, 2021; SAKURADA, 2018).

Desta forma, para entendermos os desafios que são postos hoje, é necessário que reconheçamos que a Universidade Pública nunca esteve descolada ou isolada das relações sociais. Os sujeitos que estão nestes espaços, tanto reproduzem, como produzem as condições objetivas, materiais e subjetivas das disputas dos projetos de educação e, por consequência, de sociabilidade.

Assim, ao analisar criticamente e pensar as estratégias de “o que executar, como, porque e para quem”, é necessário colocar em debate, a partir da dinâmica da realidade, que a formação profissional não pode ser entendida como uma simples transmissão de conhecimento ou cumprimento de créditos. E que, no âmbito do Serviço Social, não abrir mão de determinados princípios formativos na conjuntura atual é assegurar o direito à uma educação de qualidade, balizada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os princípios ético-políticos que a profissão defende (ABESS/CEDEPSS, 1997; NETTO, 2009).

Por esta razão, entendemos que, ainda que o espaço universitário produza e reproduza as contradições próprias da sociedade capitalista brasileira, os espaços coletivos ainda se constituem enquanto um local para a construção de estratégias e ações que contribuam para tensionar e disputar projetos societários e profissionais.

3– Serviço Social e Projeto Crítico

Acompanhando todo o processo de amadurecimento profissional, as Diretrizes da ABEPSS propostas em 1996 expressam um movimento da categoria em assumir o Serviço Social enquanto uma profissão requisitada nas relações sociais capitalistas em sua fase madura, no que tange ao enfrentamento das expressões da Questão Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009; NETTO, 2006; NETTO, 2011).

Ainda que na década de 1990 tenha ocorrido a incorporação da proposta de formação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, foi somente a partir do ano de 2001, com a aprovação das novas diretrizes para os cursos de Serviço Social pelo Ministério da Educação (MEC), que passa a vigorar uma nova proposta para a formação profissional. Como já abordado por Iamamoto (2011), as novas Diretrizes aprovadas pelo MEC vão se apresentar distintas daquelas construídas por parte da categoria via oficinas da ABEPSS no período de 1993-1996 e encaminhada pela equipe técnica.

Apesar dos embates entre exigência legal-jurídica e defesa de um projeto de profissão, que se articula com os princípios do Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), a categoria ao longo dos anos

2000 conseguiu, especialmente nas Unidades de Formação Acadêmica (UFA), garantir a expressão das Diretrizes da ABEPSS em seus Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social.

Com efeito, o que vimos foram formações profissionais que traziam para dentro do processo político-pedagógico a necessidade de garantir, não apenas uma formação capaz de responder as necessidades do mercado de trabalho, mas uma formação humanística e crítica que se articulasse com a defesa de um ensino superior que primasse pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, colocando-se como um lugar capaz de propiciar a formação de sujeitos profissionais comprometidos com a defesa de um projeto de sociedade radicalmente diferente do posto, superando o viés imediatista de uma intervenção minimalista, focalizada no atendimento de demandas imediatas e fragmentadas.

Assim, a proposta de formação profissional que passa a ser desenvolvida no Serviço Social coloca como necessário que se articule e incorpore os princípios norteadores do projeto profissional, de forma a garantir que o fundamento ontológico-social do trabalho na produção e reprodução do ser social enquanto humano-genérico, propicie o entendimento das determinações sociais do surgimento e trabalho do assistente social, o que significar também, criar e recriar valores éticos, morais e políticos quanto ao papel interventivo da profissão na realidade social (IAMAMOTO, 2011; ORTIZ, 2007).

Cabe destacar também que este amadurecimento teve contributo com o surgimento de cursos de Pós-Graduação na área de Serviço Social a partir da década de 1970 em diante (NETTO, 2005), que, diretamente, propiciou a produção de novas pesquisas, em especial no campo das políticas sociais setoriais de saúde, assistência e previdência, estudos sobre as relações sociais de classes no Brasil, trabalho e formação profissional, mundialização do capitalismo, dentre outras temáticas.

Este amadurecimento, que não deixa de estar articulado com as novas determinações de classes que são colocadas para o Serviço Social enquanto profissão, vão sofrer diversos ataques em decorrência das reconfigurações que o capitalismo vai assumir no país já na década de 1990 com a tríade ideologia neoliberal, acumulação flexível e reestruturação do mundo do trabalho (HARVEY, 2012; IAMAMOTO, 2011).

No âmbito da formação profissional brasileira, esta tríade se fez acompanhada de uma contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008) que, juntamente com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996, possibilitou a ampliação de instituições privadas de educação superior sob modalidades de ensino distintas do presencial e organização administrativa universitária, rompendo com a lógica do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Na contramão deste projeto, também temos experimentado resistências por diversos segmentos que compõem a comunidade acadêmica, com destaque para o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras (FASUBRA), Sindicato Nacional de Servidores Federais da Educação Básica (SINASEFE) e a Oposição de Esquerda da União Nacional de Estudantes (UNE).

Ao longo destes últimos anos, estas entidades têm realizado diversas ações de denúncias e enfretamento sobre o direcionamento dos recursos públicos para o atendimento dos interesses do mercado privado de educação, cortes financeiros para a manutenção das universidades públicas, ataques à autonomia universitária, privatizações internas operadas via parceria público-privada, e, mais recentemente, o congelamento dos recursos públicos destinados as políticas sociais com a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), que institui um novo Regime Fiscal, congelando por 20 anos as despesas do Governo Federal.

No âmbito do Serviço Social, articulado com as pautas mais gerais das entidades em defesa da educação pública, a ABEPSS, juntamente com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS's) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), tem realizado diversas ações de enfrentamento ao desmonte do ensino presencial e da universidade. As lutas travadas no campo da formação profissional têm se direcionado na unidade entre profissão e realidade, articulando ensino, pesquisa e extensão, a partir de um rigor teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, com destaque para a dimensão investigativa e interventiva como forma de fomentar a efetivação de um trabalho profissional capaz de sustentar o Projeto Ético-Político (ABESS/CEDEPSS, 1997; SANTOS, 2006; ORTIZ, 2007).

Considerações finais

A partir desta breve localização, quando falamos que os espaços coletivos devem ser os pilares para pensar, construir e executar a formação profissional nos cursos de graduação, estamos tratando do entendimento de que as Diretrizes da ABEPSS são os elementos norteadores que garantem o direcionamento ético e político da formação dentro do quadro das relações sociais entre classes.

Neste sentido, a profissão como uma especialização do trabalho inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade é afetada pelas contradições ocorridas tanto nas estruturas produtivas, quanto nas formas de organização e gestão do trabalho e de sua reprodução social no contexto da sociedade burguesa.

Por isso é necessário o rigor no trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social por meio da adoção da teoria social crítica e da perspectiva de totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, superando a fragmentação de conteúdos e componentes curriculares, bem como a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Estes elementos serão primordiais para que possa, não apenas construir um processo formativo capaz de movimentar a dimensão investigativa e interventiva da profissão, mas também incentivar o exercício e respeito ao pluralismo, a ética como princípio formativo, a mediação e capacitação de seus arcabouços teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para o exercício profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997).

Cumprir destacar que, as Diretrizes da ABEPSS preveem conteúdos que vão se desdobrar em diversas atividades formativas, ainda que hoje prevaleçam as disciplinas. A partir do entendimento de que os conteúdos devem superar a organização acadêmico-pedagógica de uma disciplina de forma isolada, apontamos para algumas possibilidades tais como (i) desenvolvimento de disciplinas de forma conjunta, articulando os conteúdos e os sujeitos envolvidos; (ii) realização de atividades acadêmico-científicas com projetos e programas de extensão; (iii) maior intercâmbio entre a graduação e pós-graduação; (iv) realização de atividade de ensino articulado com os campos de estágio; (v) realização de oficinas, seminários, encontros, projetos de extensão e minucursos com técnicos-administrativos de

educação (TAE's) e/ou supervisor de campo; (vi) mapeamento do perfil da comunidade acadêmica da UFA; e (v) realização de atividades pedagógicas de preparação de semestre envolvendo os diversos sujeitos.

Cumpra destacar que, aqui não nos cabe propor uma “receita de bolo” para as UFA's do que poderiam vir a se constituir tais atividades. As estratégias que serão adotadas e como os conteúdos vão se desdobrar nas atividades, vão depender das particularidades da organização acadêmica-pedagógica de cada Unidade, bem como a disponibilidade de pessoal docente e técnico, o perfil dos supervisores, discentes e as possibilidades que lhe são colocadas para a oferta de tais atividades.

Daí a importância da existência de espaços coletivos nas instâncias de discussão e deliberação no âmbito dos cursos de Serviço Social. Isso porque, ao tratar de forma coletiva, implicando os diversos sujeitos (docentes, discentes, supervisores, técnicos-administrativos de educação e outros), aquele espaço de formação profissional passa a não ser visto como um mero espaço onde determinados sujeitos estudam e trabalham, mas permite que estes construam um processo educacional que seja capaz de dar vida aos princípios e valores contidos no Projeto Ético-Político, bem como, contribuir para tensionar a lógica educacional do Capital.

Ou seja, o processo formativo como um todo precisa estar articulado com a realidade, em seus elementos estruturantes, dinâmicos e conjunturais, trazendo questões do trabalho profissional em todos os conteúdos formativos, de forma a trabalhar as mediações capazes de desenvolver as atribuições e competências profissionais. E mais, é necessário que o conjunto dos sujeitos envolvidos no processo formativo construam propostas que articulem e integrem os conteúdos das disciplinas e atividades, permitindo, assim, que o estudante apreenda os complexos dos conteúdos e suas mediações.

A partir do exposto neste trabalho, o que percebemos é que, a Universidade Pública brasileira é determinada pelas condições objetivas, materiais e subjetivas das correlações de forças entre as classes sociais. Assim, falar sobre a formação profissional em Serviço Social exige de nós, não apenas compreender como esta profissão emerge e se desenvolve no Brasil. É necessário que entendamos como as particularidades da formação social brasileira vão incidir nas determinações

e nos desafios que são colocados na defesa de uma formação profissional crítica. E mais, que a defesa da formação profissional não se constitui como um dever único daqueles que estão nos espaços de ensino. Mas que se constitui como uma luta de toda a categoria profissional, bem como do envolvimento de outros sujeitos da sociedade.

Referências

- ABESS/CEDEPSS. “Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social.” In: **Cadernos ABESS**, nº 7, p. 58-76, São Paulo: Cortez, 1997.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contrarreforma**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE n. 492, de 03 de abril de 2001** - Dispõe das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.” Brasília, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3sh2fR5>. Acesso em: 24 out. 2017.
- BRASIL. Casa Civil. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso: 30 mai. 24.
- CHESNAI, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Global, 2005.
- _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.
- _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. **Universidade brasileira: reforma ou revolução**. São Paulo: Editora Alga-Omega, 1975.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2009.
- MINTO, Lalo W. **A educação da "miséria": particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- NETTO, José P. A construção do Projeto Ético-Pedagógico do Serviço Social. MOTA, Ana Elizabete e et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009. p.141-160.

_____. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, p.1-22. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ORTIZ, Fátima da S. G. **O Serviço Social e sua imagem: avanços e continuidade de um processo em construção.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, 306 fs.

RAMOS, S. Limites e Possibilidades históricas do Projeto Ético Político. In: **Revista Inscrita**, Brasília (DF), ano 11, n. 12, 2009.

ROLA, Alexandre M.; SAKURADA, Priscila K.C. Crise e contrarrevolução burguesa brasileira vistas a partir da Universidade Pública. In: **Universidade e Sociedade**, n. 67, p. 80-93, Brasília: ANDES, 2021.

SAKURADA, Priscila K. C. **Serviço social e formação profissional: um estudo sobre o ensino dos Fundamentos do Trabalho Profissional em Serviço Social no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, 244 fs.

SANTOS, Claudia M. **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil.** Tese (Doutorado em Serviço Social), Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, 251 fs.